

Por Antonio Penteado Mendonça



Poucas vezes na história recente o Brasil atravessou um momento tão delicado. A crise moral, com efeitos dramáticos na vida política e econômica, se agravou para níveis insuportáveis e o país é hoje uma enorme panela de pressão, com forças inimagináveis capazes de fugir ao controle.

O resultado disso é que a nação está parada. No âmbito político, nenhuma medida concreta para aliviar a economia é votada. No campo empresarial, as coisas continuam indo de mal a pior. No campo social, o desemprego aumenta a passos largos. E não há nada a se fazer para mudar a situação no curto prazo.

Ao contrário, é de se esperar que as coisas continuem se complicando, aumentando a pressão e o risco de um evento dramático, com consequências vultosas.

O desenho acima é muito sério, mas, se fizermos a leitura correta da situação, veremos que é a situação perfeita para se entender o que é o seguro e a sua importância.

Seguro é mecanismo de proteção social. Há um risco que precisa ser dimensionado e protegido pela transferência da obrigação de arcar com os prejuízos para um terceiro, capaz de fazer frente às perdas.

Gerência de risco é a atividade que visa analisar os eventos potencialmente destrutivos, capazes de atingir uma empresa, uma pessoa ou um grupo social. No caso brasileiro, a análise é de um quadro de risco severo, com possibilidade concreta da ocorrência do evento danoso num prazo bastante curto.

Dentro da metodologia da gerência de riscos, estes podem ser anulados, minimizados ou transferidos. Os riscos são anulados quando se tomam medidas que evitam a possibilidade da sua ocorrência. São minimizados quando, não havendo como anulá-los, são implementadas ações que diminuam os prejuízos possíveis. E são transferidos quando as medidas anteriores se mostrem inviáveis ou caras demais para serem adotadas.

No exemplo da situação brasileira, é impossível anular os riscos. Não há medida capaz de evitar que a situação se deteriore ainda mais, pelo menos dentro do contexto atual. Assim, as alternativas restantes são a minimização do potencial dos danos ou a transferência da obrigação de arcar com as perdas resultantes da ocorrência do evento.

Atualmente, em teoria, as seguradoras estariam capacitadas a fazer frente a praticamente todo tipo de sinistro. Mas, na prática, a teoria é outra e, ainda que tendo tecnologia para aceitar e precificar os riscos, o setor de seguros está sujeito a limitações que impedem que qualquer risco

seja segurado.

É assim que nem todos os riscos de origem natural são aceitos pelas seguradoras. Existem situações em que os prejuízos podem atingir tal ordem de grandeza que não há como os prejuízos serem transferidos para as apólices de seguros.

É assim que nem todos os locais dos Estados Unidos podem ser segurados contra furacões. Da mesma forma que nem toda a população da Califórnia tem seguro para terremotos. E o mesmo acontece na Europa. Tanto é que, na Itália, quando a cidade histórica de Áquila foi arrasada por um terremoto, as seguradoras foram muito pouco afetadas porque praticamente não havia seguros protegendo a região.

A medida de proteção que sobra para a situação brasileira é a minimização dos danos possíveis. Se não há como evitar os riscos, nem como transferi-los para as seguradoras, a única solução é ver onde dá para implementar medidas suficientes para controlar os prejuízos e evitar que a perda seja total.

Isto deve ser feito levando em conta todas as ameaças, todas as fragilidades e os pontos fortes. Apenas depois deste mapeamento criterioso será possível a adoção das medidas mais eficientes, seja em termos de proteção parcial, seja em termos de definição das áreas impossíveis de serem protegidas, com a concentração dos esforços nos setores com mais chances de sobrevivência.

A hora é complicada. A casa pode cair em cima de todo mundo. Se isso acontecer, cabe a cada um de nós agir de forma a minimizar os estragos.

**Fonte:** [SindSegSP](#), em 18.03.2016.